

# Minorias reivindicam maior avanço social

Bilau Pereira

Homossexuais, deficientes físicos e mentais, negros e índios já têm prontas as suas propostas, a serem apresentadas a partir de amanhã na Subcomissão das Minorias, que promete ser uma das mais avançadas da Constituinte, na opinião de seu presidente, deputado Ivo Lech (PMDB-RS). "A expectativa é de que avanços importantes venham a ser conquistados, já que a subcomissão está composta por alguns parlamentares comprometidos com o movimento social, além de ter em seus quadros legítimos representantes das minorias, como é o meu caso, na condição de paraplégico, e o da deputada Benedita da Silva (PT-RJ), na condição de negra".

Segundo o parlamentar, mesmo já tendo recebido propostas da maioria destes grupos, os membros da subcomissão adotaram a posição de primeiro ouvir a sociedade civil antes de considerar qualquer das sugestões encaminhadas. "Essas minorias já foram tão tolhidas do processo histórico do país que não teria sentido agora formular ou discutir propostas prontas, sem antes ouvir o que elas têm a nos dizer".

Apesar de considerar cedo para discorrer sobre o comportamento das discussões, prevê que um dos temas mais polêmicos deverá ser a questão da demarcação das terras indígenas, já que envolve interesses conflitantes de índios, posseiros e latifundiários.

## CIMI

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI), órgão ligado à CNBB, comparece à subcomissão das Minorias no dia 29, quarta-feira, para defender prioritariamente duas questões, segundo o seu secretário-geral, Antônio Brandes: a demarcação de



todas as terras indígenas, com a garantia efetiva do uso do subsolo pelos índios e o respeito ao direito de autodeterminação desses povos. Para Brandes, a sociedade não tem o direito de querer integrar os índios, mas antes tem o dever de garantir-lhes o direito de autogererem-se.

Atualmente apenas 1/3 das terras oficialmente destinadas aos índios estão demarcadas. São cerca de 467 áreas para um total de 230 mil índios, de acordo com dados da Funai.

## Negros

Na terça-feira, dia 28, é a vez do Movimento Negro Unificado (MNU) levar suas reivindicações à subcomissão. Para isso, está pronto um documento tirado da Convenção Nacional do Negro e a Constituinte, realizado em Brasília, em agosto de 1986, da qual participaram 63 entidades de 16 estados. Maria das Graças Santos, do MNU-DF, ressaltou duas propostas como imprescindíveis de constarem no novo texto Constitucional: a consideração da discriminação racial como crime inafiançável através de processo sumaríssimo — visando agilizar o andamento da Justiça para esse tipo de crime — e a inclusão da História da África nos currículos escolares, com uma reavaliação da história do negro no país.

## Homossexuais contra preconceitos

O Triângulo Rosa, formado por cerca de 300 membros no Rio de Janeiro, é o primeiro grupo homossexual a comparecer à Subcomissão das Minorias, quarta-feira. João Antônio Mascarenhas, um de seus fundadores, diz que o grupo virá a Brasília com uma única reivindicação: a substituição do parágrafo 1º do artigo 153, da atual Constituição, passando a proibir qualquer tipo de discriminação por orientação sexual.

Ele explica que o atual dispositivo proíbe a discriminação por sexo, o que só abrange a diferença biológica homem/mulher. A luta pela inclusão do termo **orientação sexual** visa exatamente incluir os que ficaram à margem do texto constitucional, englobando as três categorias: os homossexuais, os heterossexuais e os bissexuais.

Segundo Mascarenhas, os homossexuais do país vêm sofrendo diversos tipos de perseguição, pela falta de leis constitucionais e ordinárias que os protejam: as mais comuns são as demissões dos empregos, a dispensa da prestação do serviço militar pelo Exército, a não aceitação no corpo discente e docente das escolas e até a rejeição pelos proprietários de imóveis gays. Ele acusa a própria Justiça de contribuir para a discriminação: «No caso de custódia de filhos, por exemplo, se for comprovado que o homem ou a mulher é homossexual, a Justiça vota contra ele, mesmo que o seu parceiro não tenha condições de cuidar dos filhos».

## Deficientes

A Organização Nacional dos Deficientes Físicos (Onedef), que

comparece à Subcomissão das Minorias na quinta-feira, dia 30, traz 14 propostas tiradas da IV Reunião de Entidades Nacionais, Conselhos e Coordenadorias de Pessoas Portadoras de Deficiência, realizada em dezembro do ano passado em Belo Horizonte. Segundo um de seus membros, Paulo Roberto Costa Beck, paraplégico em consequência de um acidente de trabalho, é preciso que a sociedade assuma a sua parcela de culpa e dê condições de integração aos portadores de deficiências. «Segundo dados da ONU, 10% da população brasileira, cerca de 15 milhões de pessoas, portam algum tipo de deficiência. O próprio estado não pode se dar ao luxo de prescindir de nossa força de trabalho».

Entre as propostas da Onedef, ele destaca os direitos e garantias individuais, com a punição a preconceitos e discriminação, a prevenção de doenças ou condições que levem à deficiência, o direito à educação e atendimento precoce, a segurança social e medidas facilitadoras de integração social. Defende ainda a regulamentação e organização do trabalho nas oficinas destinadas às pessoas portadoras de deficiência, enquanto não possam integrar-se ao mercado de trabalho. Ressalta, porém, que é essencial um trabalho de conscientização da sociedade para conviver sem preconceitos com os deficientes: «E preciso que a sociedade perceba que a nossa identidade é a mesma, embora sejamos diferentes e que é preciso apenas aceitar e compatibilizar nossas diferenças».

## Procurador defende autonomia

Belo Horizonte — A independência administrativa e financeira do Ministério Público e um mandato de dois ou quatro anos para os procuradores-gerais de Justiça foram as principais propostas à Constituinte aprovadas ontem, em Belo Horizonte, no encerramento do 7º Congresso Nacional do Ministério Público, que reuniu, durante quatro dias, cerca de 800 promotores e procuradores de todo o país.

"Nós temos os textos legais e as medidas corretivas, mas não podemos aplicá-las por falta de condições de trabalho", denunciou o presidente do

Congresso, Castellar Guimarães Filho, afirmando que em grande parte das cidades brasileiras os promotores não contam sequer com máquinas de escrever. Assim, os promotores pretendem solucionar este problema passando o Ministério Público a ter seus orçamentos aprovados pelas Assembleias Legislativas e pelo Congresso Nacional.

Os congressistas entendem que é necessário que haja pelo menos a definição do tempo do mandato. Segundo Castellar, com esta proposta os procuradores terão condições de executar melhor o seu trabalho.

ANC 88  
Pasta 24 a 30  
Abril/87  
050